PUBLICADA (O) NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE BOA VISTA.
Nº 87 de 07 out. 193
PÁG. 2 a 3.

DIRETORA

LEI Nº 308, DE 04 DE OUTUBRO DE 1993.

REGULAMENTA OS CRITÉRIOS PARA ADMISSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º. Fica estabelecido um percentual de 2% (dois por cento) dos cargos e empregos do Município a pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º. A deficiência citada no caput deste artigo se refere aos tipos físico e sensorial.

§ 2º. O percentual descrito no caput deste artigo refere-se às novas admissões, via Concurso Público.

§ 3º. Quando o número de cargos e empregos de uma carreira for inferior a 20 (vinte), o percentual mencionado no caput do art. 1º será de 10% (dez por cento).

§ 4º. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador.

§ 5º. Compete à Junta Médica além da emissão do laudo, declarar conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício.

§ 6º. A Administração Municipal, ouvida a Junta Médica e dentro de suas possibilidades, garantirá aos portadores de deficiência a realização das provas, de acordo com o tipo de deficiência apresentada pelo candidato, a fim de que este possa prestar o Concurso em condições de igualdade com os demais.

/...

mgfs.

§ 7º. No ato da inscrição, o candidato deficiente indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

Art. 2º. A admissão dar-se-á mediante concurso público realizado pelo Município, em conformidade com o Regime Jurídico Único - R.J.U. e com as condições determinadas no Edital divulgado pelo Município.

§ 1º. O Município divulgará em Edital o número de vagas destinadas aos portadores de deficiência e os cargos e empregos correspondentes.

§ 2º. Considerar-se-á aprovado o deficiente que obtiver pelo menos a nota mínima estabelecida pelo Edital do Concurso.

§ 3º. A classificação dos portadores de deficiência será feita pelas notas obtidas no concurso, e, à parte dos não deficientes.

§ 4º. No caso do não preenchimento das vagas destinadas aos portadores de deficiência, o Município complementará com outros aprovados não deficientes, observadas as devidas classificações.

Art. 3º. A posse e o pleno exercício do cargo ou emprego fica condicionada ainda a real condição do deficiente em poder exercer as atividades inerentes às suas funções.

Parágrafo único. A avaliação da condição citada no caput do art. 3º será feita pela Junta Médica do Município.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Boa Vista (RR), em 04 de outubro de 1993.

Teresa Jucá

Teresa Jucá

Prefeita de Boa Vista

.../

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE BOA VISTA
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 305, de 4 de outubro de 1993

A Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Não será concedido nem revogado pela Prefeitura o Alvará de Localização e Funcionamento, nos termos dos Arts. 306 e 311 do Código de Posturas do Município de Boa Vista, do estabelecimento que explore, como atividade principal ou não, jogos eletrônicos a menos de 1.000 (mil) metros de unidades educacionais ou privadas.

Art. 2º - Terá o Alvará de Localização e Funcionamento cassado pela Prefeitura, nos termos do Art. 312, Inciso VI e IX, do Código de Postura, o estabelecimento que deixar de atender o disposto nesta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, 4 de outubro de 1993.

Teresa Jucá
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA DE BOA VISTA
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 306, de 4 de outubro de 1993

A Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada a Rua T-3, no bairro Paraviana de Rua Deusdete Coelho em Boa Vista-RR.

Parágrafo único - Serão conservadas todas as características atuais da antiga via.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo (SEMOU) incumbida no prazo de 30 (trinta) dias de proceder a fixação de placa indicativa com o nome atual.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, em 4 de outubro de 1993.

Teresa Jucá
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA DE BOA VISTA
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 307, de 4 de outubro de 1993

A Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua José Bonifácio localizada no Bairro São Francisco, passou a denominar-se Rua Governador Aquilino Mota Duarte.

Parágrafo único - Conserva-se todas as características atuais da antiga via.

Art. 2º - Fica a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, incumbida no prazo de 120 dias de proceder a fixação de placas indicativas do nome atual.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, em 4 de outubro de 1993.

Teresa Jucá
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA DE BOA VISTA
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 308, de 4 de outubro de 1993

A Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Diário Oficial do Município de Boa Vista
Criado pelo Decreto nº 2171, de 12 de abril de 1993

Editado pela Assessoria de Imprensa da Fundação de Educação, Ciência e Cultura de Roraima (FECEC)

Administração e Redação:
Rua Dom José Nepote s/n
Bairro de São Francisco
Boa Vista - Roraima

Telefone: (095) 224-9207
Fax: (095) 224-7186
Telex: 095-2193

O material para publicação será recebido nos dias úteis até às 17 horas.

Exemplar avulso.....CR$ 10,00
Assinatura Anual.....CR$ 2.650,00
Preço do cm/col.....CR$ 50,00

PODER EXECUTIVO

Prefeita
Teresa Jucá

Vice-Prefeita
Zara de Fátima Botelho de Oliveira

Secretários Municipais

Secretária Municipal de Administração
Diva da Silva Blíglia
Secretário Municipal de Finanças
Aécio Flávio Vieira Andrada
Secretária Municipal de Educação
Lídia Mª das Dores Coelho Tavares
Secretário Municipal de Saúde
Hélio da Silva Rosário de Macedo
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Francisco Flamarion Portela
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
Maria de Lourdes Souto Maior Cavalcante
Secret. Munic. de Serviços Públicos e Interior
José Maria de Sousa Fernandes Vieira
Secretário Municipal de Planejamento
Arthur Machado Filho
Procurador Geral do Município
Maryvaldo Bassai de Freire
Presidente da EMHUR
João Batista de Melo Mene
Presidente da FECEC
Lanamara de Pinho Rodrigues
Assessor de Comunicação Social
Sócrates Arantes

Art. 1º - Fica estabelecido um percentual de 2% (dois por cento) dos cargos e empregos do Município a pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º - A deficiência citada no caput deste artigo se refere aos tipos físico e sensorial.

§ 2º - O percentual descrito no caput deste artigo refere-se às novas admissões, via Concurso Público.

§ 3º - Quando o número de cargos e empregos de uma carreira for infeiror a 20 (vinte), o percentual mencionado no caput do art. 1º será de 10% (dez por cento).

§ 4º - O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador.

§ 5º - Compete à Junta Médica além da emissão do laudo, declarar conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício.

§ 6º - A Administração Municipal, ouvida a Junta Médica e dentro de suas possibilidades, garantirá aos portadores de deficiência a realização das provas, de acordo com o tipo de deficiência apresentada pelo candidato, a fim de que este possa prestar o Concurso em condições de igualdade com os demais.

§ 7º - No ato da inscrição, o candidato deficiente indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

Art. 2º - A Admissão dar-se-á mediante concurso público realizado pelo Município, em conformidade com o Regime Jurídico Único - R.J.U e com as condições determinadas no Edital divulgado pelo Município.

§ 1º - O Município divulgará em Edital o número de vagas destinadas aos portadores de deficiência e os cargos e empregos correspondentes.

§ 2º - Considerar-se-á aprovado o deficiente que obtiver pelo menos a nota mínima estabelecida pelo Edital do Concurso.

§ 3º - A classificação dos portadores de deficiência será feita pelas notas obtidas no concurso, e, à parte dos não deficientes.

§ 4º - No caso do não preenchimento das vagas destinadas aos portadores de deficiência, o Município complementará com outros aprovados não deficientes, observada as devidas classificações.

Art. 3º - A posse e o pleno exercício do cargo ou emprego fica condicionada ainda a real condição do deficiente em poder exercer as atividades inerentes às suas funções.

Parágrafo único - A avaliação da condição citada no caput do art. 3º será feita pela Junta Médica do Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, em 4 de outubro de 1993.

Teresa Jucá
Prefeita de Boa Vista

PODER LEGISLATIVO

Presidente
Maria de Lourdes Pinheiro

Vice-Presidente
Hélder Teixeira Grossi
1º - Secretário
Urzeni da Rocha Freitas Filho
2ª - Secretária
Raimunda Darci Alencar de Freitas

Vereadores
Alfonso Rodrigues do Vale
Francisco Vieira Sampaio
Geraldo Moreira da Silva
Humberto Santos de Campos
Homero de Souza Cruz Neto
Jáder Linhares
Maria Alice de Andrade Gomes
Maria da Conceição Silva Ventura
Natanael Alves do Nascimento
Thaumaturgo César Moreira do Nascimento
Valcira Figueira da Silva
Vera Lúcia Araújo Bezerra
Vingtum Gouveia Praxedes

PREFEITURA DE BOA VISTA
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 309, de 4 de outubro de 1993

A Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada a mudança da atual rua "J" no bairro do Caranã para rua SD PM Arineu Ferreira Lima, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 2º - Fica denominada a mudança da atual rua 3 no bairro do Caranã para rua SD PM Alfredo Jorge Filho, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 3º - Fica denominada a mudança da atual rua "H" no bairro do Caranã para rua SD PM Django da Silva, bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 4º - Fica denominada a mudança da atual rua "G" no bairro do Caranã para rua SD PM Gudivaldo Rodrigues de Peixoto, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 5º - Fica denominada a mudança da atual rua "F" no bairro do Caranã para rua SD PM Jacinto José de Santana da Silva, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 6º - Fica denominada a mudança da atual rua "F" no bairro Caranã para rua SD PM Damião Gentil de Goes, bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 7º - Fica denominada a mudança da atual rua "D" no bairro do Caranã para rua SD PM Wilson Paulino da Silva, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 8º - Fica denominada a mudança da atual rua 12, no bairro do Caranã, para rua CB PM Laurindo de Araújo Braga, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 9º - Fica denominada a mudança da atual Av. 1 no bairro do Caranã para rua CB PM Racionildo da Silva França, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 10º - Fica denominada a mudança da atual Av. "E" no bairro do Caranã para Av. SD PM Harison Rodrigues de Lira, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 11º - Fica denominda a mudança da atual Av. 8 no bairro Caranã para Av. CB PM José Tabira de Alencar Macêdo, bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Art. 12º - Fica denominada a mudança da atual Av. 2 no bairro do Caranã para Av. SD PM João Alves Brasil, bairro do Caranã, Boa Vista-RR.

Parágrafo único - Fica mantido e conserva-se todas as características das atuais vias já delineadas.

Art. 13º - A Prefeitura de Boa Vista, através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo (SEMOU), fará cumprir no prazo de 30 (trinta) dias as devidas mudanças com indicações e placas os nomes atuais.

Art. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, em 4 de outubro de 1993.

Teresa Jucá
Prefeita de Boa Vista

PREFEITURA DE BOA VISTA
GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 2610, de 6 de outubro de 1993.

A Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 11 (segunda-feira) de outubro de 1993.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Boa Vista-RR, em 6 de outubro de 1993.

Teresa Jucá
Prefeita de Boa Vista